

Daniel Gross
Banco Mundial

Mesa: Subsídios para uma nova política indigenista Quero inicialmente agradecer muito ao João Pacheco, ao Antonio Carlos e ao Museu Nacional pelo convite de participar neste evento. Lamento não ter sido possível estar presente durante todo o tempo, mas minha participação hoje já foi suficiente para perceber que aqui foram debatidas questões bastante importantes e isso me fez lamentar ainda mais a impossibilidade de estar em todos os debates.

Primeiro eu quero fazer um rápido esboço do que é o Banco Mundial. O Banco Mundial é uma entidade multilateral, isto é, internacional, com 173 países membros, e o Brasil é um deles. Cada país é representado na diretoria através de seu Ministério da Fazenda. O banco é um banco de desenvolvimento e financia projetos de desenvolvimento em mais de 100 países atualmente. O desembolso do Banco Mundial no Brasil em 1998 foi de aproximadamente 1,4 bilhões de dólares. Isso é só para dar uma idéia da proporção: esta soma representa mais ou menos 1/5 do investimento feito pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. O banco às vezes parece muito grande, mas o país é muito grande e a influência do Banco Mundial não é tanta como algumas pessoas imaginam. Vou falar um pouco sobre a Diretriz Operacional do banco, que já foi mencionada em algumas exposições, e que diz respeito aos povos indígenas. Algumas pessoas aqui estiveram presentes num evento que nós realizamos em outubro, em Brasília, para discutir uma nova política operacional do banco no que diz respeito a povos indígenas. A política anterior, ou seja, aquela que está em vigor no momento, constava basicamente de três elementos: primeiro, não prejudicar grupos indígenas eventualmente afetados por projetos financiados pelo banco; segundo, respeitar aqueles grupos no que diz respeito a seus costumes e práticas, à sua forma de viver; em terceiro lugar, consultar obrigatoriamente grupos indígenas que possam ser afetados por projetos do banco, antes que o projeto seja fechado. Depois de uma série de consultas realizadas em vários países do mundo, inclusive a que eu acabo mencionar, está sendo redigida uma nova política que vai incorporar todos os elementos da política anterior, mas vai ter também um teor muito mais forte e específico com relação à participação de povos indígenas nos benefícios dos projetos financiados pelo banco, isto é, quando o banco financiar um projeto daqui em diante, no Brasil ou em outro país em que haja povos indígenas, necessariamente haverá um componente específico visando o desenvolvimento, ou seja, o fomento das comunidades e dos povos indígenas afetados pelo projeto. A nova política também visa aperfeiçoar e melhorar as formas de consulta que serão feitas aos grupos indígenas porque em alguns momentos, em alguns países, estas consultas têm sido um tanto superficiais. Há necessidade de melhorar a qualidade da consulta que é feitas. Essa consulta não é necessariamente uma consulta entre o Banco Mundial e o povo indígena afetado, mas muito mais uma consulta que deve ser feita entre o empreendedor ? seja o estado, uma empresa ou o governo federal ? e o grupo indígena. Isto é a finalidade dessa política e o nosso papel é garantir que essa consulta seja feita; ela é um requerimento, um requisito de financiamento feito pelo banco e este requisito será reforçado pela política que está sendo redigida agora e que deverá sair em breve. Devo mencionar que é o Shelton Davis que está coordenando esta atividade. Ele é uma pessoa muito conhecida no Brasil, autor de um livro bastante

citado cujo título, se não me engano, é *Vítimas do Milagre*, de 1976. Aproveito para dizer que ele mandou agradecer o convite e lamenta não poder estar aqui hoje.

Eu queria comentar rapidamente algumas questões que foram levantadas durante esse tempo em que estive aqui, aproveitando um pouco a fala da D. Ruth Cardoso e o resumo feito pelo João Pacheco. Acho que não cabe a nós, evidentemente, comentar questões da política interna do Brasil, mas acho que não seria impertinente eu dizer que o debate seria muito pobre se fosse girar exclusivamente em torno da extinção ou não da FUNAI, porque esta não é a questão que está sendo debatida aqui. Acho que está sendo debatida aqui a política indigenista do país e é a partir desse debate amplo que devem ser levantadas, e foram levantadas, questões como: quais são as funções, quais são os objetivos de uma política indigenista? Quais são as funções de um órgão indigenista? O que não tem sido talvez levantado? mas devo dizer que não assisti a todas as sessões? é a questão de quais são as entidades e organismos que têm a melhor vantagem comparativa para desempenhar essas funções. Conversou-se muito aqui sobre a questão da saúde e eu ouvi algumas afirmações feitas sobre a necessidade de manter a saúde dentro da FUNAI. Acho que essa questão precisa ser esmiuçada e considerada de uma forma muito mais completa, em termos de onde é que estão os problemas de saúde que existem. Acho que foi o José Porfírio de Carvalho que disse que saúde não é só um problema de remédio, é algo muito mais amplo do que isso. Onde é que estão os problemas de saúde, quais são esses problemas, como é que devem ser tratados e por quem? Quem tem a melhor vantagem comparativa em termos de proporcionar os serviços de saúde que eventualmente são necessários? O Megaron falou sobre o problema do avião, da evacuação de pacientes do Alto Xingu. Evidentemente, muitas dessas evacuações de pacientes não seriam necessárias se houvesse um serviço adequado de saúde in loco, dentro do Parque Nacional do Xingu, onde se pudesse fazer um diagnóstico preliminar dos pacientes para determinar a necessidade ou não de fretar um avião, algo que evidentemente tem um custo altíssimo. O custo de fretamento de um avião é um custo equivalente a muitas vacinas, muitos medicamentos, muitas consultas de especialista e uma coisa que tem que ser considerada é essa questão de custos. Acho que em alguns momentos essas considerações têm sido rotuladas como algo secundário, mas na verdade não existe nenhum órgão público e nenhuma empresa privada que não seja obrigada a considerar essas questões. Qual é a fórmula mais eficiente de proporcionar serviços? Acho que essa questão tem que ser resolvida de uma forma técnica, que contemple o aspecto da economicidade e ao mesmo tempo conserve a noção de saúde que, como o Carvalho salientou, não é uma questão só de um medicamento ou de uma vacina, pois as diferentes sociedades indígenas têm idéias e conceituações de saúde diferentes.

Eu queria ainda levantar a questão do financiamento de projetos de desenvolvimento em comunidades indígenas. Como tem sido falado aqui, tem havido várias experiências nesse sentido, algumas das quais foram financiadas ou co-financiadas pelo Banco Mundial, como no caso do programa PDA, do Programa Piloto, dos programas PAIC, PADIC, dos programas PRODEAGRO, PLANAFLORO em várias dos programas de alívio da pobreza que o banco financia em todos os 9 estados do Nordeste e nos estados do Rio Grande do Sul e Paraná. Tem surgido uma série de críticas e questionamentos nas avaliações de projetos feitos em comunidades indígenas, que eu acho que vale a pena repetir aqui, ainda que rapidamente. Por exemplo, critica-se a falta de uma assistência técnica contínua

proporcionada às comunidades indígenas, a falta de continuidade nos financiamentos e o tratamento parcial da questão do desenvolvimento. Por exemplo, trata-se da produção de algum bem, mas não se trata da questão da comercialização daquele produto. Acho que essas questões ainda não foram adequadamente tratadas no que diz respeito às sociedades e comunidades indígenas do Brasil, e merecem uma reflexão profunda para se chegar a uma forma melhor de financiamento deste tipo de projeto. Eu posso confirmar com números a afirmação que a D. Ruth fez, de que existem muitos recursos que não estão sendo aproveitados. Eu vou dar dois exemplos, e peço ao Dr. Márcio Lacerda, presidente da FUNAI, que me desculpe. O financiamento que nós fizemos para a Companhia Vale do Rio Doce ? antes da sua privatização, mas que continua em vigor ? prevê 5,9 milhões de dólares para investimento em projetos nas áreas indígenas próximas à mina de Carajás. Desse montante, acho que não mais do que 300 mil dólares foram investidos até agora. O programa de reassentamento das famílias que foram deslocadas pela inundação da barragem Luiz Gonzaga, mais conhecida como Itaparica, entre os estados da Bahia e Pernambuco, que deslocou uma comunidade indígena chamada Tuxá, que consiste em 304 famílias, dispõe de um valor acima de 20 milhões de dólares para prover um sistema produtivo irrigado para estas famílias, e continua na mesa. Já faz 8 anos que está na mesa. Eu posso multiplicar estes exemplos. O que é que falta, por que é que esses projetos e outros semelhantes não vão em frente? Acho que em parte por uma falta de entrosamento entre as diferentes entidades responsáveis. Tem havido inúmeras dificuldades de comunicação, de se chegar a um acordo entre as diferentes entidades responsáveis; tem havido uma falta de participação por parte das comunidades indígenas envolvidas; tem havido, sim, manipulação. Acho que também há um problema entre a escala de investimentos dessa envergadura e a escala de uma comunidade indígena que, evidentemente, não pode receber um valor desse vulto sem maiores problemas. Então há um fato que já foi levantado aqui e que eu acho muito feliz. Foi levantada a questão de como devem ser levados conhecimentos técnicos, know-how técnico, para comunidades indígenas, como é que devem ser recrutados e capacitados os técnicos para trabalhar em áreas indígenas. Uma das respostas é a capacitação dos próprios índios e outra é a de recrutar pessoas que realmente tenham a possibilidade de trabalhar em áreas indígenas. Toda essa questão de capacitação é uma questão muito em aberto e que deve ser tratada com muito mais rigor. E, finalmente, e mais uma vez eu queria repetir uma observação feita pela D. Ruth, existe a questão da falta de parcerias. Insiste-se muito na importância do órgão federal indigenista no Brasil. O Brasil evoluiu muito, como todos os participantes afirmaram hoje, e já não se pode considerar a questão indígena no Brasil como uma questão só do governo federal. Existem potenciais parcerias e muita sensibilidade no plano internacional, no plano nacional, e, mesmo sem envolver a FUNAI, no plano estadual, no plano local e municipal. Eu não sei, mas alguém deve ter o dado de quantos municípios no Brasil têm número de eleitores indígenas superior a 10, 15 ou 20 %. Não são poucos. Eu penso em Guajará-Mirim, São Gabriel da Cachoeira e em outros exemplos. Finalmente, há também parcerias possíveis com o setor privado que, de modo geral, tem sido esquecido. O setor privado tem sido visto exclusivamente como um agente destruidor, e nem sempre é. Essas parcerias têm que ser criadas e construídas, não só pelos parceiros não-índios, mas também pelos próprios índios. Vou parar por aqui e agradecer novamente o privilégio de ter participado dessa reunião.